

e Remoção de Poluentes Atmosféricos; coordenação da elaboração do Programa Nacional para as Alterações Climáticas de 2004 e 2006; coordenação do Programa para os Tectos Nacionais de Emissão; coordenação do Plano Nacional de Redução das Emissões das Grandes Instalações de Combustão; coordenação do Plano de Acção para a Qualidade do Ar; coordenação dos trabalhos decorrentes dos processos de revisão do Inventário Nacional de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE), efectuados por equipas de peritos internacionais, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e do Protocolo de Quioto; coordenação das actividades da Rede de Organismos de Alterações Climáticas da CPLP; coordenação e participação na elaboração de diplomas legais nas vertentes “Alterações Climáticas”, “Protecção da Camada de Ozono”, “Ar” e “Ruído”.

Representante nacional em vários “fora” de negociação comunitários e internacionais relacionados com as temáticas Alterações Climáticas e Ar; participação em vários grupos de peritos, a nível comunitário, em matéria de alterações climáticas, qualidade do ar e emissões atmosféricas; consultora, no âmbito da cooperação com Macau, para reformulação da rede de monitorização da qualidade do ar de Macau e dos procedimentos de divulgação da informação ao público.

Despacho (extracto) n.º 13826/2008

Findo o respectivo procedimento de selecção, e por despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, de 02 de Abril de 2008, foi nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, a Assessora Principal do quadro de pessoal do ex-Instituto de Resíduos, Isabel Maria Sousa Tomé de Andrade, para o cargo de Director de Departamento de Fluxos Especiais e Mercados de Resíduos, da Agência Portuguesa do Ambiente, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

12 de Maio de 2008. — A Directora de Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Maria Luísa Araújo Proença*.

ANEXO

Nota curricular

Nota biográfica

Nome: Isabel Maria de Sousa Tomé de Andrade

Categoria: assessor principal

Habilitações Literárias: Licenciatura em Engenharia do Ambiente

Exerceu funções docentes na Escola Preparatória de Vila Franca do Campo, como professora provisória do 4.º grupo no período de 1 de Outubro de 1986 a 15 de Março de 1987.

Contratada como Eng.ª do Ambiente de 2.ª classe na Câmara Municipal de Ponta Delgada de 17 de Março de 1987 a 19 de Março de 1989.

Contratada além do quadro por despacho do Secretário Regional do Turismo e Ambiente de 02/06/89, como técnica Superior de 2.ª classe, por um ano, a partir de 02/06/89, para prestar serviço na Direcção Regional e Ambiente da Terceira. Visado pelo Tribunal de Contas em 17/07/89 e publicado no Jornal Oficial 2.ª série n.º 33 de 17/08/89, tendo tomado posse em 15/09/89, com efeitos a partir de 02/06/89.

Por despacho do Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais de 12/09/89, foi contratada além do quadro, mediante concurso, como estagiária, para ingresso na carreira técnica superior. Visado pelo T.C. em 29/12/89, publicado no D.R. 2.ª série n.º 20 de 24/01/90, tendo tomado posse do lugar em 01/02/90.

Por despacho do Director-Geral do Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear de 01/04/92, foi admitida como técnica superior de 2.ª classe do quadro do pessoal técnico do GPSN, índice 380, escalão I, em lugares descongelados pelo Despacho Normativo 72/88, publicado no D.R. 1.ª série n.º 190 de 18/08/88 e nos termos dos Decretos-Leis 44/84 de 30/02, 48/85 de 15/07 e 265/88 de 28/07. Visado pelo T.C. em 24/04/92, publicado no D.R. 2.ª série n.º 114 de 18/05, tendo tomado posse do lugar em 18/05/92.

Por extinção do Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo n.º 14, do Decreto-Lei n.º 187/93,

de 24/5, passou a exercer funções na Direcção-Geral do Ambiente, de acordo com o n.º 1, do artigo 19.º do D.L. 189/93, de 24/05.

Transitou para o quadro da DGA, criado pelo Anexo I da Portaria n.º 144/95, de 14/02, por lista nominativa nos termos do artigo 8.º do D.L. 187/93, de 24/05, conjugado com o artigo 19.º do D.L. 189/93, de 24/05, aprovada por despacho da Ministra do Ambiente em 29/06/95, publicada no D.R. n.º 257 — 2.ª série de 07/11/95.

Transitou em comissão de serviço extraordinária por despacho da Ministra do Ambiente de 17/03/97 para o INR por lista publicada no D.R. n.º 134 — 2.ª série, de 12/06/97 — Decreto-Lei n.º 142/96 de 23/08.

Nomeada técnica superior de 1.ª classe do quadro da DGA precedendo concurso de acesso, por despacho do Director-Geral do Ambiente, em substituição, em 07/01/98, por urgente conveniência de serviço conforme aviso publicado no D.R. n.º 24 — 2.ª série de 29/01/98. Assinatura do termo de Aceitação em 02/02/98, com efeitos a 07/01/98.

Nomeada em regime de substituição, Chefe de Divisão do Centro de Embalagens e Resíduos de Embalagens (CERE), por despacho do Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, de 5 de Maio de 1998, publicado no D.R. n.º 161 — 2.ª série, de 15/07/98.

Transitou para o quadro do INR por lista nominativa aprovada pela Ministra do Ambiente em 26/05/99 e publicada no D.R. n.º 174 — 2.ª série de 28/07/99.

Nomeada em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço Chefe da Divisão de Planeamento, Programação e Intervenção Financeira do Departamento de Planeamento e Relações Internacionais, com efeitos a 19/02/2001, publicado no D.R. n.º 193 — 2.ª série de 21 de Agosto de 2001.

Nomeada na categoria de técnica superior principal, precedendo concurso, por urgente conveniência de serviço do quadro do Instituto dos Resíduos, por despacho da Presidente de 12/03/2003, com efeitos à data do despacho, aviso publicado no D.R. n.º 81 — 2.ª série de 05/04/2003.

Nomeada em comissão de serviço, precedendo concurso, Chefe da Divisão de Planeamento, Programação e Intervenção Financeira, por urgente conveniência de serviço, a partir de 22/11/2004. Aviso publicado no D.R. n.º 294 2.ª série, de 17/12/2004.

Nomeada Assessor Principal do quadro do INR, com efeitos a 2 de Janeiro de 2004, através do Despacho n.º 19171/2006 (2.ª série) de 20.09.2006 do *Diário da República* n.º 182 de 20 de Setembro de 2006, posteriormente alterado pela Rectificação n.º 1523/2006 (2.ª série) do *Diário da República* n.º 199 de 16 de Outubro de 2006.

Nomeada, em regime de substituição, Directora do Departamento de Fluxos Especiais e Mercados de Resíduos da APA, com efeitos a 1 de Maio de 2007, através do Despacho n.º 07/2007/DG de 2 de Maio de 2007. Despacho n.º 18783/2007 de 25 de Julho de 2007, publicado no D.R. N.º 161 2.ª série, de 22 de Agosto de 2007.

Despacho (extracto) n.º 13827/2008

Findo o respectivo procedimento de selecção, e por despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, de 02 de Abril de 2008, foi nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, o Assessor Principal do quadro de pessoal do ex-Instituto de Promoção Ambiental, Hélder Jesus Gil para o cargo de Chefe de Divisão de Desempenho e Qualificação Ambiental, da Agência Portuguesa do Ambiente, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo. O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo por opção do próprio, aufero o vencimento da categoria de origem, Assessor Principal, 3.º Escalão Índice 830.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

12 de Maio de 2008. — A Directora de Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Maria Luísa Araújo Proença*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Hélder de Jesus Gil

Data de Nascimento: 18 de Março de 1947

Naturalidade: Vila Cortês do Mondego — Guarda

Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações Académicas: Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, 1982 (Ordem dos Engenheiros — cédula profissional 199904).

Carreira, Categoria e Serviço de Origem: Técnica superior com a categoria de Assessor Principal do Quadro do Ex-IPAMB

Cargo Actual: Chefe de Divisão de Desempenho e Qualificação Ambiental

Organismo: Agência Portuguesa do Ambiente

Actividade Profissional:

Desde Junho de 2007 que exerce as funções de Chefe de Divisão de Desempenho e Qualificação Ambiental, em regime de substituição, destacando-se como actividades a coordenação na implementação dos sistemas de qualificação de verificadores no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) e do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), incluindo o acompanhamento do seu desempenho, na parte formativa e através da realização de verificações de testemunho; na concepção do sistema de qualificação do sistema de qualificação de verificadores de Sistemas de Gestão de Segurança e Prevenção de Acidentes Graves; Gestão do Registo no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS); na representação da APA na Comissão Técnica de Acreditação dos Organismos de Certificação de Instituto Português de Acreditação (IPAC) e na coordenação dos trabalhos no âmbito do Rótulo Ecológico Comunitário;

2007 a 2002 — exerceu a sua actividade na assessoria à presidência do Instituto do Ambiente, e posteriormente, no Gabinete de Desempenho e Qualificação Ambiental, na gestão dos contratos de melhoria contínua ambiental e na participação das actividades de concepção, implementação e acompanhamento aos sistemas de qualificação de verificadores EMAS e CELE e na elaboração de pareceres no âmbito da acreditação de verificadores EMAS para Comissão de Decisão do IPAC.

2000 a 1997 — Por despachos ministeriais: integra a Equipa de Missão da 3.ª Travessia do Tejo, em representação do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, assumindo a coordenação dos estudos técnicos; a presidência da Comissão de Acompanhamento de Obra da Nova Travessia Rodoviária sobre o Tejo em Lisboa; a representação do Ministério do Ambiente no Conselho Consultivo do PROTAML e a presidência da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental do Plano do Novo Aeroporto de Lisboa.

1997 — Subdirector Geral — DGA — cargo que desempenhou até 19 de Outubro de 2000.

1996 a 1995 — Primeiro como Chefe de Divisão da Participação do Público do IPAMB, posteriormente, como Director de Serviços da Participação do Cidadão, destacando-se a actividade da implementação da Consulta Pública do Estudos de Impacte Ambiental em Portugal e a sua participação das comissões de avaliação. Desde 1993, como Chefe de Divisão das Técnicas Educativas no Instituto Nacional do Ambiente, desenvolveu a sua actividade no apoio à sensibilização e educação ambiental.

Obras Publicadas:

Além de conferencista nos domínios identificados, com entrevistas e artigos publicados, no âmbito da Consulta do Público é co-autor do livro da Coleção Notas Técnicas “5 Anos de AIA em Portugal — O Processo de Consulta do Público”, 1996.

A Organização da Consulta Pública na Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal — trabalho publicado no livro “Participação Pública e Planeamento — Prática da Democracia Ambiental — 1996 -FLAD.

O Regime Normativo. Evolução e Perspectivas da transposição para o Direito Interno (Portugal) “Carretras y Medio Ambiente” Actas publicadas 1998, editado pela Asociación Técnica de Carreteras.

Guia Agenda 21 Local — Um desafio para todos, em co-autoria — Edição de Novembro de 2007 — APA.

Mérito:

Em 23 de Outubro em Ordem de Serviço N.º 2/92 recebe um louvor pelo Presidente do INAMB em reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos no 3.º Encontro de Educação Ambiental.

Publicado no *Diário da República* N.º 296 de 24/12/92 2.ª série, recebe novo louvor pela dedicação e trabalhos desenvolvidos desde a criação do INAMB.

Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais

Despacho (extracto) n.º 13828/2008

Findo o respectivo procedimento de selecção, e por despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, de 02 de Abril de 2008, foi nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, a Assessora Principal da carreira de

Formador Ambiental, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Promoção Ambiental, Dr.ª Isabel Maria Duarte Melo Raposo, para o cargo de Chefe de Divisão da Participação do Cidadão, da Agência Portuguesa do Ambiente, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo. Por opção do próprio, aufero o vencimento da categoria de origem, Assessor Principal, 4.º Escalão Índice 900.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

12 de Maio de 2008. — A Directora de Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Maria Luísa Araújo Proença*.

ANEXO

Nota curricular

Isabel Maria Duarte Melo Raposo

Data de Nascimento: 17 de Fevereiro de 1953

Natural de Paço de Arcos — Oeiras

Nacionalidade: portuguesa

Habilitações académicas: Licenciada em Biologia (Ramo Científico e Ramo Educacional) pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Chefe de Divisão na APA, em regime de substituição, desde Maio de 2007.

Assessora Principal da carreira de Formador Ambiental (quadro do ex-IPAMB), desde 1993.

Chefe de Divisão de Formação Ambiental do Instituto Nacional do Ambiente, entre 1989 e 1993.

Técnica superior desde 1979 (CNA 1979-1984, SNPRCN 1984-1987 e INamb 1987-1993).

Professora do Ensino Secundário (1977-1979) e do Ensino Superior privado — Escola Superior de Educação João de Deus (1980-1990) e Instituto Piaget.

Áreas de Especialização

Funções técnicas e de formação de docentes nos domínios do Ambiente e da Educação Ambiental, desde 1979, incluindo a concepção e a elaboração de materiais de apoio didáctico, de divulgação e informativos (publicações, exposições, materiais audiovisuais, etc), referentes à formação e a projectos específicos.

Responsável pela coordenação ou colaboração em projectos e iniciativas no domínio da Educação Ambiental, no âmbito escolar e extra-escolar, ao nível nacional e internacional:

- Boletim EA — Educação Ambiental (1988 a 1996);
- Encontros Nacionais de Educação Ambiental (desde 1990);
- Campos de Verão de Educação Ambiental (1991 e 1992);
- Núcleo de Educação Ambiental do IPAMB no Jardim Botânico de Lisboa (1995 a 2000);
- Projecto “Descobrir os Jardins do Palácio Fronteira” (1995 a 1998);
- Programa GLOBE (1996 a 2001);
- Projecto Ambiente e Iniciativas Escolares do CERJ da OCDE (1986 a 1990);
- Projecto Pensar Ambiente (1993 a 1995).
- Projecto “Carbon Force: missão possível!” (2006-2007)
- Actividades de Educação Ambiental no âmbito do Programa Bandeira Azul

Coordenadora de acções de formação de formadores, no âmbito dos projectos referidos e de outros, aos quais prestou acompanhamento e assessoria (EcoEscolas, Projecto Jovens Repórteres para o Ambiente, Projecto Coastwatch).

Consultora do Ministério da Educação para a elaboração de programas disciplinares no âmbito do Ambiente e Património Natural, Cidadania e Desenvolvimento Pessoal e Social.

Orientadora de módulos de formação, no domínio do Ambiente e da Educação Ambiental, inseridos em cursos destinados a grupos profissionais específicos — forças de segurança (GNR e PSP), forças armadas, técnicos autárquicos, profissionais de enfermagem, etc.

Assessora da Presidência do IPAMB (2000/2001), responsável pela área das Relações Internacionais. “Ponto Focal” nacional para a Convenção de Aarhus (Convenção das Nações Unidas sobre o Acesso à Informação, a Participação do Público na Tomada de Decisões e o Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente) entre 2000 e 2002.